

# ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 84.696.814/0001-00 - Companhia Fechada

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2010. Atendendo às disposições da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31/12/2010 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Santa Bárbara d'Oeste, 02 de fevereiro de 2011.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo Circulante	Nota Explicativa	2010	2009	Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota Explicativa	2010	2009
Caixa e equivalentes de caixa	3	25.200	25.857	Impostos e contas a pagar		51	54
Contas a receber		98	351	Dividendos propostos	5	2.854	3.202
Impostos a recuperar		304	267	Imposto de renda e contribuição social a recolher		432	520
Total do ativo circulante		25.602	26.475				
<b>Não Circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		3.337	3.776
Outras contas a receber		35	20	<b>Patrimônio Líquido</b>			
Propriedades para investimentos	4	6.210	6.280	Capital social	5	17.451	17.451
Total do ativo não circulante		6.245	6.300	Reservas de capital		80	80
				Reservas de lucros	5	10.979	11.468
						28.510	28.999
						<b>31.847</b>	<b>32.775</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>31.847</b>	<b>32.775</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>31.847</b>	<b>32.775</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Saldos em 31 de Dezembro de 2008	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros	Reservas		Lucros acumulados	
					Reserva legal	Total	Total	Total
Lucro líquido do exercício		17.451	80	17.782	1.270	19.052	-	36.583
Destinações:								
Reserva legal	5	-	-	-	669	669	(669)	-
Dividendos pagos e propostos (equivalente a R\$ 3,38 por ação)		-	-	(17.782)	-	(17.782)	(3.176)	(20.958)
Retenção de lucros	5	-	-	9.529	-	9.529	(9.529)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>		<b>17.451</b>	<b>80</b>	<b>9.529</b>	<b>1.939</b>	<b>11.468</b>	<b>-</b>	<b>28.999</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	11.855	11.855
Destinações:								
Reserva legal	5	-	-	-	593	593	(593)	-
Dividendos pagos e propostos (equivalente a R\$ 1,99 por ação)	5	-	-	(9.529)	-	(9.529)	(2.815)	(12.344)
Retenção de lucros	5	-	-	8.447	-	8.447	(8.447)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>		<b>17.451</b>	<b>80</b>	<b>8.447</b>	<b>2.532</b>	<b>10.979</b>	<b>-</b>	<b>28.510</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rominor ("Companhia") tem por objetivo principal a locação de imóveis e a intermediação de negócios e corretagem, basicamente representada pelas comissões recebidas de instituições financeiras, decorrente de garantias e avais. De acordo com seu Estatuto Social, poderá ainda comercializar máquinas, equipamentos e acessórios, exportar e importar, prestar serviços de acordo com suas atividades operacionais, administrar bens próprios e de terceiros e participar em outras companhias.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. **2.1. Alterações nas práticas contábeis brasileiras:** A Administração da Companhia, conforme facultado pelo Órgão Regulador - Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), decidiu adotar antecipadamente os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, com vigência prevista para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2010. Dessa forma, esses pronunciamentos foram aplicados desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. i) Os seguintes novos pronunciamentos, emendas, interpretações ou orientações, embora aplicáveis à Companhia, não resultaram em impactos financeiros em suas demonstrações financeiras quando da adoção inicial:

- CPC 01 - Redução do valor recuperável; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 639/10 em 07 de outubro de 2010;
- CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 641/10 em 07 de outubro de 2010;
- CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 647/10 em 07 de outubro de 2010;
- CPC 43 - Adoção Inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 41; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 651/10 em 03 de dezembro de 2010.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: a) Ativos financeiros: **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações em títulos com alta liquidez e riscos insignificantes de perda de valor. Estão registrados ao custo ou de acordo com o mercado, e quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

**Empréstimos e recebíveis:** A Companhia considera as seguintes classes de ativos financeiros como parte da categoria de empréstimos e recebíveis: caixa e equivalentes de caixa, duplicatas a receber e outros recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros que possuem pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo. Empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva, exceto para os recebíveis de curto prazo quando o reconhecimento dos juros for imaterial. b) Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio ("capital social") emitidos pela Companhia: **Classificação como passivos financeiros e capital social:** Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como capital social de acordo com a essência do acordo contratual. Passivos financeiros são designados como outros passivos reconhecidos inicialmente a valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos. **Passivos de garantias financeiras contratuais:** Passivos de garantias financeiras contratuais são mensurados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo maior entre:

- O montante da obrigação do contrato; e
- O montante inicialmente reconhecido deduzido, quando aplicável, da amortização acumulada reconhecida de acordo com a prática contábil de reconhecimento de receita definida. c) Propriedades para investimento: Estão registradas ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. Vide nota nº 4. d) Provisão para recuperação dos ativos a longo prazo: A Administração revisa o valor contábil dos ativos a longo prazo, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sua deterioração em bases periódicas e efetua o registro da perda de valor, se aplicável. e) Tributação: A Companhia adotou a opção da legislação fiscal vigente referente à apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro fiscal presumido. Sendo assim, com base no Artigo 15 da Lei nº 9.429/95, os percentuais utilizados para a determinação das bases de cálculo são os seguintes:

- 32% sobre receitas e serviços;
- 100% sobre os rendimentos financeiros. Sobre as bases de cálculo

constituídas de acordo com o mencionado acima, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. f) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). g) Distribuição de dividendos: É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são propostos pela Administração. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam distribuídos como dividendos. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido pago durante o exercício. h) Reconhecimento de receita: A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber e é registrada em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. i) Provisões: As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação legal ou implícita, exista a probabilidade de uma saída de recursos, e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação destas obrigações na data do encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa. j) Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Companhia o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registradas, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro de provisão para contingências e depreciação.

#### 3. CAIXA EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009
Caixa	24	25
CDB - Certificado de depósito bancário	11.021	10.654
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures	14.155	15.178
Total do caixa e equivalentes de caixa	25.200	25.857

As aplicações financeiras, inclusive as lastreadas por debêntures, são realizadas com Instituições Financeiras de primeira linha e possuem rentabilidade substancialmente fixada pelo CDI-Certificado de Depósito Interbancário.

#### 4. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	2010	2009
Edificações	4.186	4.186
Depreciação acumulada	(3.088)	(3.018)
	1.098	1.168
Terrenos	5.112	5.112
	6.210	6.280

#### 5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é representado por 6.191.156 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente autorizadas e integralizadas. O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros pela Administração à Assembleia Geral Ordinária é como segue:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	11.855	13.374
(-) Constituição de reserva legal	(593)	(669)
Lucro passível de distribuição	11.262	12.705
Dividendos propostos	(2.815)	(3.176)
Constituição de reserva de lucros	8.447	9.529
Percentual dos dividendos propostos sobre o lucro passível de distribuição	25%	25%

Em 02 de fevereiro de 2011 foi proposta pela Administração a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 8.447, totalizando R\$ 11.262, a serem pagos durante o exercício social de 2011, oriundos das reservas de lucros existentes em 31 de dezembro de 2010, que serão submetidos a aprovação da Assembleia Geral Ordinária em 14 de março de 2011. Em 15 de março de 2010 foi aprovada pela

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais - R\$)

	2010	2009
<b>Receita Operacional Líquida (Despesas) e Receitas Operacionais</b>	<b>12.105</b>	<b>13.451</b>
Depreciação de imóveis alugados	(70)	(72)
Tributárias	(25)	(72)
Administrativas	(72)	(91)
Honorários da administração	(130)	(129)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	290
	(297)	(74)
<b>Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>11.808</b>	<b>13.377</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		
Receitas financeiras	2.121	2.493
Despesas financeiras	(2)	(45)
	2.119	2.448
<b>Lucro Operacional</b>	<b>13.927</b>	<b>15.825</b>
Imposto de renda e contribuição social	(2.072)	(2.451)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>11.855</b>	<b>13.374</b>
<b>Lucro Líquido por Ação - Básico e Diluído - R\$</b>	<b>1,91</b>	<b>2,16</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2010	2009
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	11.855	13.374
Ajuste para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais:		
Provisão de imposto de renda e contribuição social	2.072	2.451
Depreciação	70	72
Ganho na alienação de imobilizado	-	(290)
Variações nos ativos operacionais:		
Títulos mantidos para negociação	-	15.788
Contas a receber	3	1
Impostos e contribuições a recuperar	(37)	338
Variações nos passivos operacionais:		
Impostos e contribuições a recolher	(328)	(772)
Caixa gerado nas atividades operacionais	13.635	30.962
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.835)	(1.828)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	11.800	29.134
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Investimentos</b>		
Aquisição de investimento	(15)	(21)
Venda de imobilizado	250	150
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	235	129
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento</b>		
Dividendos pagos	(12.692)	(20.955)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(12.692)	(20.955)
<b>Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(657)</b>	<b>8.308</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa - No Início do Exercício</b>	<b>25.857</b>	<b>17.549</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa - No Fim do Exercício</b>	<b>25.200</b>	<b>25.857</b>
<b>Informações Complementares:</b>		
Dividendos propostos a serem pagos no exercício seguinte	2.815	3.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 9.529, totalizando R\$ 12.705, a serem pagos durante o exercício social de 2010, oriundos das reservas de lucros existentes em 31 de dezembro de 2009. **Reserva legal:** De acordo com o previsto no Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deve ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia registrou R\$ 593 (R\$ 669 em 2009) como reserva legal. **Reserva de lucros:** Em conformidade com o Estatuto Social, o montante de lucros retidos no período, adicionados à reserva de lucros, terá sua destinação definitiva decidida pela Assembleia Geral Ordinária que aprovará as demonstrações financeiras.

#### 6. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada aberta complementar com uma entidade de previdência privada, devidamente autorizada, desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus Administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e de contribuição definida. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições. O custeio deste plano é suportado pela Companhia de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis os Administradores. O montante de contribuições despendidas pela Companhia e que afetaram o resultado neste exercício foi de R\$ 7 (R\$ 7 em 2009).

#### 7. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do imobilizado, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados (informações não examinadas pelos auditores independentes).

#### 8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os instrumentos financeiros que a Companhia possuía consistiam basicamente de caixa, equivalentes de caixa e (conforme informado na nota explicativa nº 3), contas a receber e garantias oferecidas sobre operações de sua controladora, as quais apresentam valores compatíveis com os praticados pelo mercado nas datas dos balanços patrimoniais. Provisão para garantia: A Companhia é avaliada de financiamentos contraídos pela sua controladora, Indústrias Romi S.A., nas operações de Fimame fabricante, que se referem a financiamentos especificamente vinculados a operações mercantis de venda praticadas por sua controladora, com condições de financiamento estabelecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES"). Devido ao fato da modalidade de crédito "Fimame fabricante" ser exclusiva e não possuir um preço de mercado ativo, a Companhia utilizou de técnicas apropriadas para a circunstância e concluiu que o valor do passivo de garantia financeira contratual é imaterial, não constituindo qualquer provisão. Durante os exercícios de 2010 e de 2009, a Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros na forma de derivativos, *hedges* ou similares.

#### 9. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 02 de fevereiro de 2011.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto - Presidente		Adriana Romi - Vice-Presidente		Eugênio Guimarães Chiti - Membro	
<b>DIRETORIA</b>					
Livaldo Aguiar dos Santos Presidente		Sergio Roberto Novo Vice-Presidente		Hermes Alberto Lago Filho Diretor	
		José Carlos Romi Diretor		Luiz Cassiano Rando Rosolen Diretor	
<b>CONTADOR</b>					
José Carlos Pantaroto CRC 1SP200388/O-5					

### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

**Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.** - Santa Bárbara d'Oeste - SP - Examinamos as demonstrações financeiras da **Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das

práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 02 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour

Contador - CRC nº 1 SP 156465/O-9

**Deloitte**